

PATRIMÔNIO URBANO

e a produção
de lugares
de consumo¹

5

Márcio Pinon-de-Oliveira²
Universidade Federal Fluminense



Resistência Cultural – Berço do Samba Carioca.

Márcio Pinon-de-Oliveira, [CC BY].



As cidades caminham para o mundo e o mundo caminha para as cidades. Assim, temos que nos acostumar, cada vez mais, em viver um só lugar como uma teia de relações que se estendem ao mundo urbano em sua totalidade, na realização diária e ininterrupta da vida social, em especial nos grandes centros urbanos. Elas, as cidades, são, no mundo urbano, a materialização empírica, em sua mais alta complexidade e diversidade, da sociedade de consumo contemporânea. A essa sociedade Henri Lefebvre (2000), denominava de *sociedade burocrática de consumo dirigido* para nos sinalizar como em todas as suas dimensões ou facetas reinava a forma mercadoria e a realização do valor de troca, a partir de usos burocrático e politicamente dirigidos.

Temos que nos habituar que as cidades, cada vez mais, pequenas, médias ou grandes, abrigam patrimônios culturais e históricos, materiais e imateriais, não apenas localmente. Num sentido amplo e universal o patrimônio das cidades é igualmente um legado civilizatório e pertencente à humanidade como um valor espiritual, como arte e ato de criação para lembrar Kandinsky (1989) e como um direito social, no dizer de T.H. Marshall em seu clássico *Cidadania e Classe Social*, publicado em 1950.

As cidades como *obras*, como *poesis* (Lefevre, 1968), no mundo contemporâneo, nos remetem a espaços, cada vez mais, liminares (Gomes, 2008), multi e inter escalares, que se acumulam desigualmente com o tempo (Santos, 2006) e que, ambigualmente, coexistem com *ruínas* e *alegorias* como assinala

Walter Benjamin (1994), num jogo de espaço temporalidades.

Na tese 14 do livro *Sobre o Conceito da História*, Walter Benjamin (1994) ressalta que “a história é objeto de uma construção cujo lugar não é o tempo homogêneo e vazio, mas um tempo saturado de ‘agoras’” (p.229), numa referência aos diferentes tempos que historicamente se acumulam nos lugares.

Ao mencionar um quadro do pintor Paul Klee, *Angelus Novus*, Benjamin (1994) nos lembra do risco de, ao seu tempo, diante da “tempestade chamada progresso”, considerarmos a sequência linear de um tempo homogêneo, e ignorarmos as ruínas e as discontinuidades deste tempo, contingente em sua superfície, mas denso e saturado de origens e acontecimentos.

Sobre a obra do pintor, mais detidamente, ele nos diz:

Há um quadro de Klee que se chama *Angelus Novus*. Representa um anjo que parece querer afastar-se de algo que ele encara fixamente. Seus olhos estão escancarados, sua boca dilatada, suas asas abertas. O anjo da história deve ter esse aspecto. Seu rosto está dirigido para o passado. Onde nós vemos uma cadeia de acontecimentos, ele vê uma catástrofe única, que acumula incansavelmente ruína sobre ruína e a dispersa a nossos pés. Ele gostaria de deter-se para acordar os mortos e juntar os fragmentos. Mas uma tempestade (...) o impele irresistivelmente para o futuro, ao qual ele vira as costas, enquanto um amontoado de ruínas cresce até o

céu. Essa tempestade é chamada de progresso (p.226).

Hoje, raramente chamamos essa “tempestade” que se abate sobre as nossas cidades de progresso, o que seria irônico demais. A polissemia de significados (reestruturação, requalificação, revitalização) dá o tom das atuais “reformas urbanas” e busca através de um jogo de palavras e significados construir ou produzir consensos sobre a necessidade inexorável da intervenção em fragmentos urbanos de áreas centrais, zonas portuárias, antigas áreas industriais, linhas de mar, rios ou canais, consideradas mortas, degradadas, enfim, “sem vida”. Através dos meios de comunicação, da enunciação de discursos políticos e publicidade dos mesmos, por meio de propagandas, folders distribuídos em meios de transportes, espaços públicos, etc, batem tanto nessa tecla que acabam por entorpecer e seduzir a população pela necessidade de tais reformas e as supostas necessidades de mudanças que “farão bem à cidade” por meio do projeto de reforma urbana.

Nesse contexto, paradoxalmente, palavras e expressões caras como *urbanidade*, *cidadania* e *espaço público* são amplamente utilizadas e banalizadas e operam, ao avesso de seus significados e de modo seletivo, como uma nova ideologia na produção desses novos lugares de consumo, como nos lembra Manuel Delgado ao se referir ao modelo paradigmático de Barcelona e nos falar dos efeitos danosos/maléficos dessas intervenções urbanas, em sua obra *Ciudad Mentirosa* (Delgado, 2007).

Pensamos que, na contramão desse pensamento hegemônico, devemos ver as nossas cidades, sejam elas reformadas, requalificadas e/ou revitalizadas, em áreas centrais, núcleos históricos, zonas portuárias, industriais e outros, como lugares de espaço-tempos acumulado, de ações e acontecimentos, de vida e organização social, de sujeitos e atores, que constroem e reconstróem, criam e recriam as cidades cotidianamente, em cada momento histórico, e não lugares de ruínas dispersas e ignoradas, cujo estado aparente de suas formas, por si sós, justificariam a intervenção ou operação urbana.

As cidades possuem texturas, reenâncias, meandros, dobras, escavações e outras luzes e sombras, que só penetrando em seu tecido social podemos desvendar.

Na produção desses novos espaços de consumo pelas reformas urbanas, a impressão que nos fica é de que se tem considerado nesses projetos muito mais as formas e a funcionalidade do espaço urbano, segundo a ótica das novas atividades e empreendimentos a serem implantados do que a vida urbana de fato ali existente, a sua organização social e o cotidiano da vida das pessoas nas cidades. Segundo Gomes (2008):

De tempos em tempos, os balanços efetuados acerca da confecção desses espaços, revelam que são privilegiados significativamente mais os objetos e menos os processos que os engendraram (...). A valorização dos objetos em detrimento das ações pode se apoiar na facilidade de se investigar algo simuladamente destituído de

mobilidade, onde o tempo está aprisionado e monitorado pelo observador (pp.176-177).

Ao mesmo tempo, há uma tensão, cada vez maior, entre a dimensão universal do patrimônio e o direito à cidade para aquelas pessoas que nela vivem e efetivamente a produzem como *obra*.

A banalização da forma mercadoria, através de *city marketing* e operações urbanas, tem modelado, ou mesmo maquiado, espaços urbanos, em especial em suas áreas centrais e núcleos históricos, a título de renovação urbana e/ou revitalização, pretensamente agregando valor, instigando a especulação imobiliária, potencializando o consumo dos lugares e de bens decorrentes, beneficiando proprietários e empresas imobiliárias e comerciais, vinculadas ao capital financeiro e às atividades dos setores de produção cultural e turística.

A contrapartida desse processo, via de regra, gerador de tensão política e social, de gentrificação, sobrevalorização dos preços e, portanto, negador do direito à cidade, é alienar parcela significativa da população que vive nos grandes centros urbanos ao patrimônio histórico e cultural da própria cidade, excluindo-a de sua real apropriação e uso.

O patrimônio assume, desse modo, para a população, uma dimensão abstrata, simbólica, distante da sua vida porque distante assim está da reprodução de sua vida social e cultural cotidiana como práticas do seu espaço vivido e percebido. Torna-se, assim, uma alegoria de consumo, adornada por novos, exóticos e estranhos, grandes e monumentais objetos como museus temáticos, imensas torres de



Figura 1. Museu do Amanhã.

Fuente: Márcio Pinon-de-Oliveira, [CC BY].

centros financeiros e comerciais, tudo para o deleite e admiração de quem visita e passa pela cidade espetacular. Tornam-se objetos do desejo e do consumo de pessoas dos alhures, um mero produto turístico no seu conjunto, a cidade-mercadoria, a qual não se deve deixar ou partir sem portar seus *souvenires*.

Assim, a questão que se impõe é como assegurar a universalização do patrimônio, como um bem e produto da civilização, em sua mais ampla positividade, sem alienar e excluir parcelas significativas da população urbana ao seu efetivo uso e apropriação como um bem comum a compartilhar, produzido e criado por ela através de gerações, séculos ou mesmo milênios.

Como considerar a cidade e seus espaços uma construção da história, como já nos lembrava Camillo Sitte (1992), ainda no século XIX, em confronto com o Barão de Haussmann em seu racionalismo



Figura 2. MAR – Museu de Arte do Rio.

Fuente: Márcio Pinon-de-Oliveira, [CC BY].

técnico da cidade radial, no qual prevalecia o reino das linhas, formas e funcionalidades? Como considerar o *direito à cidade* como “o direito dos direitos”, como algo inalienável aos homens no mundo urbano contemporâneo?

As reformas e requalificações urbanas, em áreas centrais de grandes cidades, têm sido utilizadas como recurso para a produção de “alegorias patrimoniais”, através de projetos de revitalização, onde se põe abaixo a cidade real e cria-se, irônica e paradoxalmente, um museu da ou para a cidade ora reformada, tendo como finalidade um grande evento (local, nacional, internacional) ou para a simples reafirmação de um poder político em diferentes escalas, sua reprodução e controle social ou, ainda, para benefício de tudo isso ao mesmo tempo.



Figura. 3. A outra face da Reforma – os citadinos.

Fuente: Márcio Pinon-de-Oliveira, [CC BY].

Desse modo, a adequação à nova ordem é associada, via de regra, ao turismo em escalas nacional e internacional e à produção de grandes eventos. A recente Operação Urbana Consorciada, realizada na área Central do Rio de Janeiro, abrangendo a sua zona portuária, denominada de Projeto “Porto Maravilha”, motivada pela realização da Copa do Mundo de Futebol no Brasil, em 2014, e das Olimpíadas, em 2016, apresenta-se como exemplo paradigmático desse processo.

Entretanto, nem tudo está perdido e a vida sempre encontra uma saída e, assim, encontrarão os homens que, de fato, são os sujeitos e atores da produção do espaço urbano e responsáveis pela reprodução cotidiana das cidades, em diferentes níveis, tamanhos e escalas. Em nosso ponto de vista, a saída não é a da resiliência ou da mitigação, da adaptação ou



Figura. 4. Subida do Morro da Conceição.

Fuente: Márcio Pinon-de-Oliveira, [CC BY].

da compensação aos danos causados, sejam eles econômicos, sociais, culturais ou ambientais. Estamos diante de novas formas de realização do modo de produção de mercadorias em escala mundial e, também, de novos mecanismos de controle da vida social na sociedade de consumo urbano por meio do espaço.

A saída (e só há uma saída) é política e na contramão da alienação e fragmentação urbanas, potencializadas pelas atuais reformas urbanas. A saída aponta para uma participação efetiva e direta da população nas decisões sobre a cidade em todos os seus níveis e dimensões, sobre os seus dispositivos territoriais, bens materiais e imateriais e espaços comuns, incluindo seus espaços públicos e o conjunto do seu patrimônio. Diz respeito aos sujeitos e atores da cidade, de distintos gêneros e diferentes



Figura 5. Resistência Cultural — Berço do Samba Carioca.

Fuente: Márcio Pinon-de-Oliveira, [CC BY].

idades, em que se incluem os jovens, para decidir sobre o seu ordenamento territorial e urbanístico e sobre a função social de suas propriedades e sobre a sua mobilidade.

Faz-se necessário, como nos propõe Henri Lefebvre, para uma transformação da atual ordem urbana, extremamente desigual e fragmentária, uma “insurreição dos usos” para uma nova vida urbana e a realização do pleno direito à cidade. Nele inclui-se, necessariamente, o direito em decidir sobre a mudança da cidade e sua vida urbana em todos os seus aspectos e matizes.

Mas isto não nos é de fato possível sem outra luta, também política, a da quebra dos monopólios dos meios de comunicação de massa, em especial as grandes cadeias de televisão, que, ao contrário de nos informarem e estarem a serviço da democracia, vivem a “fabricar consensos” e difundir mentiras com autoridades de estados maiores.



Figura 6. Resistência Cultural — A Arte de Rua.

Fuente: Márcio Pinon-de-Oliveira, [CC BY].

Como no mito clássico de Perseu e a Medusa, é necessário, para vencer o enorme monstro, lutar sem nele fixar seus olhos, para não ser por ele petrificado.

Finalizando, deixamos aqui um trecho do poema *Lisbon Revisited* [1923] de Fernando Pessoa (1993), que diante dos argumentos de modernização da vida, revisita a sua cidade:

Não: não quero nada
Já disse que não quero nada.

Não me venham com conclusões!
A única conclusão é morrer.

Não me tragam estéticas!
Não me falem em moral!

Tirem-me daqui a metafísica!
Não me apregoem sistemas completos, não me enfileirem conquistas
Das ciências (das ciências, Deus meu, das ciências!) —
Das ciências, das artes, da civilização moderna!

Que mal fiz eu aos deuses todos?

Se têm a verdade, guardem-na!

Sou um técnico, mas tenho técnica só dentro da técnica.

Fora disso sou doido, com todo o direito a sê-lo.

Com todo o direito a sê-lo, ouviram?

Não me macem, por amor de Deus!

(...)

Ó céu azul — o mesmo da minha infância —

Eterna verdade vazia e perfeita!

Ó macio Tejo ancestral e mudo,

Pequena verdade onde o céu se reflecte!

Ó mágoa revisitada, Lisboa de outrora de hoje!

Nada me dais, nada me tirais, nada sois que eu me sinta.

Deixem-me em paz! Não tardo, que eu nunca tardo...

E enquanto tarda o Abismo e o Silêncio quero estar sozinho!

Benjamin, W. (1994). Sobre o Conceito da História. *Magia, Técnica, Arte e Política: ensaios sobre literatura e história da cultura* (3ª ed.) Obras Escolhidas, 1. Brasil: Editora Brasiliense.

Delgado, M. (2007). *La ciudad mentirosa. Fraude y miseria del modelo Barcelona*. Barcelona: Cyan (Catarata).

Gomes, E. (2008). Espaços liminares—conteúdos subvertem formas no processo contínuo de (re)produção da e na cidade contemporânea. *Investigación y Desarrollo*, 16(1), 174-195.

Kandinsky, N. (1989). *Du spirituel dans l'art e dans la peinture em particulier* (2ª ed.). Paris: Denoël.

Lefebvre, H. (2000). *La production de l'espace* (4ª ed.). Paris: Anthropos.

Lefebvre, H. (1968). *Le Droit à la ville* (2ª ed.). Paris: Ed. du Seuil.

Marshall, T. H. (1992). *Citizenship and social class and other essays* (2ª ed.) Londres: Pluto Press.

Pessoa, F. (1993). *Poesias de Álvaro Campos* (1ª reimp.). Lisboa: Ática.

Santos, M. (2006). *A natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção* (4ª ed., 2ª reimp.). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.

Sitte, C. (1992). *A Construção das Cidades segundo seus Princípios Artísticos* (4ª ed.). São Paulo: Ática.



CONTENIDO

Características del Proyecto Urbano..... 111

El Centro Histórico de la Ciudad de México..... 114

Políticas públicas y Plan de Manejo del Centro Histórico 118

El Plan Integral de Manejo del Centro Histórico (2011-2016) 119

 Antecedentes 120

 Objetivos 120

 Líneas estratégicas 120

 Objetivos específicos 121

Intervenciones recientes (resumen) 121

Conclusiones..... 122

Referencias..... 123

Tena, R. A. (2019). Renovación urbana y políticas públicas en el Centro Histórico de la Ciudad de México. En Yory, C. M. (Ed.), *Renovación urbana. Globalización y patrimonio* (pp. 103-125). doi: 10.14718/9789585456624.2019.6

1 Doctor en Urbanismo. Profesor titular de la Maestría y el Doctorado en Ciencias en Arquitectura y Urbanismo del Instituto Politécnico Nacional (México). Coordinador del Taller sobre Ciudad y Cultura, Director de proyectos de investigación sobre la dimensión cultural de la ciudad. Miembro del Comité Científico de la RIGPAC.